

METÁFORAS DA VIDA A DOIS: SENTIDOS DO RELACIONAMENTO CONJUGAL PRODUZIDOS POR UM CASAL HOMOAFETIVO*

Murilo dos Santos Moscheta¹; Manoel Antonio dos Santos²

METAPHORS FOR LIVING TOGETHER: MEANINGS ATTRIBUTED TO CONJUGAL RELATIONSHIP BY A GAY COUPLE

Resumo: Mudanças sociais têm possibilitado a flexibilização do modelo familiar patriarcal, gerando novos arranjos familiares, entre os quais se destaca a parceria homoafetiva estável. No entanto, a literatura científica produzida no contexto nacional ainda é bastante incipiente no que se refere a contribuições relativas às peculiaridades das famílias homoafetivas, que possam orientar a prática dos profissionais de saúde na abordagem de indivíduos com orientação sexual divergente da heteronormatividade. Este estudo apresenta alguns sentidos atribuídos à relação conjugal apresentados por um casal de homens homossexuais a fim de oferecer subsídios para a sensibilização das práticas em saúde para as especificidades desta demanda. Para tanto, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com um casal de homens adultos e homossexuais com quatro anos de relacionamento. O conteúdo da entrevista foi submetido a uma análise temática que buscou

* Este trabalho foi subvencionado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mediante a concessão de bolsa de mestrado ao primeiro autor, sob orientação do segundo autor.

¹ Psicólogo, mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP. Docente e coordenador do Centro Integrado de Psicologia e Pedagogia do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior – ITES. Co-coordenador do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual – VIDEVERSO – FFCLRP-USP. e-mail: moscheta2@hotmail.com

² Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP-USP. Diretor Científico e membro do corpo docente da SPAGESP. Membro da ABP – Associação Brasileira de Psicoterapia. Co-coordenador do VIDEVERSO – Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual – FFCLRP-USP. e-mail: masantos@ffclrp.usp.br

identificar as metáforas que o casal utilizou para descrever sua relação e quais os sentidos que elas expressam.

Palavras-chaves: Conjugalidade; homoafetividade; famílias homoafetivas; casais gays; homossexualidade.

Abstract: Social changes has made patriarchal family pattern flexible and have generated new familiar arrangements such as stable homoaffective partnerships. However, brazilian scientific literature is still very incipient regarding to contributions to understanding homoaffective families peculiarities and to offering guidelines to health professionals. This study presents meanings attributed to conjugal relationship by a couple of homosexual men. It aims at offering descriptive information that may help health practices to become aware of homosexual people demands. An open-ended interview was done with an adult couple of homosexual men engaged in a four-year relationship. The interview was audio recorded and fully transcribed afterwards. Its content was submitted to a thematic content analysis that tried to identify which metaphors the couple used to describe the meanings they attribute to their relationship.

Keywords: Conjuality; homoaffectivity; homoaffective families; gay couples; homosexuality.

Introdução

Mudanças sociais têm possibilitado a flexibilização do modelo familiar patriarcal, gerando novos arranjos familiares, entre os quais se destaca a parceria homoafetiva* estável. No entanto, a literatura científica produzida no contexto nacional ainda é bastante incipiente no que se refere a contribuições relativas às peculiaridades das famílias homoafetivas, que possam orientar a prática dos profissionais de saúde na abordagem de indivíduos com orientação

* Neste texto, adotamos o termo *homoafetivo* para adjetivar as relações estabelecidas entre o casal de homens homossexuais. Esta escolha se justifica na medida em que desejamos enfatizar o laço conjugal criado entre a dupla que está além da mera correspondência sexual. Neste sentido, o termo homossexualidade de alguma forma reforça a visão estigmatizante que atribui a este tipo de relação um caráter meramente sexual (Costa, 1992). Nota-se que historicamente o termo têm sofrido transformações que refletem a tentativa de abordar a questão de maneira menos preconceituosa, de modo que o termo homossexualismo já é hoje totalmente repudiado por trazer em primeiro plano a associação a uma patologia.

sexual divergente da heteronormatividade. Este estudo apresenta alguns sentidos atribuídos à relação conjugal apresentados por um casal de homens homossexuais a fim de oferecer subsídios para a sensibilização das práticas em saúde para as especificidades desta demanda.

A cultura brasileira, herdeira da tradição patriarcal, definiu até o final dos anos 60 um modelo bem delineado de família. Composto pelo casal heterossexual e sua prole, este arranjo familiar manteve-se hegemônico até sofrer intensas transformações estimuladas por diferentes movimentos sociais. Hoje, assistimos a uma multiplicação de arranjos familiares que incluem os casais sem filhos, as famílias formadas a partir de segundos casamentos, a criação de filhos por apenas uma pessoa e não mais por um casal, os lares chefiados por mulheres, e os casais e famílias homoafetivos.

Os arranjos homoafetivos têm particularmente despertado grande mobilização social pois articulam seus interesses a grupos organizados que intensamente reivindicam mudanças sociais e políticas que reconheçam a legitimidade desses arranjos. Na interface com as ciências, sabemos que a Psicologia por muito tempo manteve-se em uma postura patologizante, preconceituosa e estigmatizante, entendendo as relações homoafetivas como desvio ou perversão. Atualmente a Psicologia busca atualizar-se, permitindo-se aproximar destas relações de uma maneira mais compreensiva, buscando os significados, questionamentos e contribuições que elas oferecem a discussão contemporânea sobre conjugalidade e família.

Este trabalho tem o objetivo de contribuir com esta discussão apresentando os significados que um casal atribui a conjugalidade a partir da reflexão sobre as metáforas que utilizam para traduzir a experiência de viver a dois.

Um olhar histórico-cultural para a conjugalidade

A idéia da família formada a partir do casamento heterossexual, monogâmico e procriador está instalada no imaginário coletivo como norma a partir da qual as demais configurações familiares são classificadas. Como norma, esta configuração tende a ser vista como invariável, inequívoca e natural, perdendo sua dimensão histórica e sócio-construída. Resgatar esta dimensão é tarefa fundamental para problematizar e flexibilizar o conceito de família, a fim de criar um contexto capaz de compreender as famílias e casais homoafetivos.

Costa (1992) afirma que na Grécia e Roma da Antiguidade às relações sexuais e conjugais eram atribuídos sentidos distintos. O casal de amantes, geralmente

composto por dois homens habitava o universo público regulado por uma ética dos prazeres e dos deveres políticos. O casal composto pelo homem e pela mulher habitava o universo privado e regulava-se pelas leis do matrimônio que instituía uma relação desigual entre eles.

Na medida que o discurso cristão começa a conquistar sua hegemonia, maior ênfase é dada a igualdade entre homens, mulheres e crianças, uma vez que todos eram herdeiros de uma natureza pecaminosa e carente de redenção. Ao mesmo tempo, o pensamento liberal reforçava a igualdade e a responsabilidade do indivíduo perante seu próprio destino (VAITSMAN, 1994). O casamento começa a ser visto como a possibilidade de orientar, organizar e controlar dentro da família os impulsos mundanos de homens e mulheres pecadores. Além do mais, o casamento passou a ter uma importante função política e econômica, na medida que instaurava legados de poder e bens através de acordos entre famílias.

No século XIX, os sentidos atribuídos às uniões conjugais transbordaram os domínios dos laços de parentesco e do valor econômico da relação e passaram a se articular com os ideais do amor romântico. Criava-se a concepção de um “lar” com maridos e esposas fiéis às suas obrigações e protegidos em uma casa acolhedora para seus filhos-herdeiros. Ampliava-se a noção de intimidade familiar. Também neste período as ciências debruçaram-se com intenso interesse sobre a sexualidade e trataram de estudar, classificar, normatizar e prescrever suas manifestações (GIDDENS, 1992). Foi neste contexto que, aos poucos “a ética sexual masculina do uso dos prazeres e do cuidado de si” comum à Antiguidade “deu lugar à ética da virgindade e da castidade, da proteção à família, às esposas, às viúvas e às crianças” na Modernidade (COSTA, 1992, p. 79)

A medicina higienista foi uma das fontes de conhecimento científico que participou da configuração da família brasileira. Através de diferentes dispositivos, os médicos higienistas reforçaram a instituição do amor romântico e o ideal de família heterossexual monogâmica que foram instrumentos importantes na transformação política que se deu no período colonial brasileiro. Ao mesmo tempo em que as promessas médicas acenavam para um futuro feliz e promissor para as famílias, encarcerava, restringia e fragilizava essas novas famílias, tornando-as dependentes de um Estado que zelasse pelo futuro prometido. Séculos depois, as transformações da sociedade capitalista industrial e urbana atualizaram os contornos do modelo familiar patriarcal do colonialismo: delimitou o universo público da

produção e do trabalho remunerado como âmbito masculino e o universo doméstico, não remunerado, ficou a cargo da mulher (VAITSMAN, 1994).

Este modelo patriarcal da família nuclear brasileira funcionou como padrão de relacionamento conjugal até a segunda metade do século XX (COSTA, 1989; VAITSMAN, 1994), quando as mudanças políticas e econômicas forçaram sua flexibilização. Mulheres abriram caminho dentro das instituições de ensino e tornaram-se mãos-de-obra disponíveis e qualificadas. Ao mesmo tempo, o Estado promoveu, a partir dos anos 30 uma intensa industrialização que ampliava a necessidade de mão-de-obra. Assim, aos poucos as mulheres foram deixando o universo restrito e privado do lar e começaram a ocupar posições de trabalho no mundo público, tornando cada vez mais evidente os prejuízos e inadequações da rigidez do modelo patriarcal (CASTELLS, 1999).

Para Vaitsman (1994), a partir de 1950, podia-se identificar no Brasil uma intensa participação das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se aumentava o controle sobre a natalidade e o número de desquites. Começava-se a flexibilizar o modelo familiar. Os avanços tecnológicos também foram importantes propulsores dessa flexibilização, pois permitiram a separação entre o sexo heterossexual e a reprodução bem como o maior controle sobre a natalidade. As pressões econômicas e a ênfase no individualismo permitiram que se criasse no imaginário popular a idéia de uma família sem filhos e sem muitos laços de parentesco. Essas mudanças se entrelaçam com profundas transformações nas relações de autoridade e poder na família (ROMANELLI, 1995).

A partir da década de 90, casais homoafetivos norte-americanos começaram a reivindicar o direito a serem reconhecidos como famílias. Perlongher (1992) argumenta que, também no Brasil, a homossexualidade revolucionária e contraventora nas décadas de 70 e 80, a partir dos anos 90 passa a ser assimilada e a compor o repertório de relações possíveis e que anseiam por legitimidade social.

Podemos dizer que parte deste anseio em constituir famílias deve-se ao benefício que Bourdieu (1996) chamou de “*lucro simbólico da normalidade*”, ou seja, uma vez que a representação de família institui-se como algo a-histórico, universal e natural, cada indivíduo sente em maior ou menor grau a pressão de se adequar a esta norma. Assim, podemos entender as famílias homoafetivas como um esforço em construir a partir de uma sexualidade discriminada e excluída uma prática socialmente aceita e valorizada.

Homossexualidade em uma perspectiva histórico-cultural

Assim como a família, a homossexualidade é uma categoria socialmente construída e, por conseguinte carrega em sua história as marcas dos intensos processos sociais, políticos e culturais que a definiram.

Na Antigüidade grega e romana, a relação entre dois homens tinha um caráter iniciático e instrutivo e era vivida dentro de uma moldura política e cultural específica. Podemos dizer que estava muito mais relacionada com a forma com que o poder se distribuía socialmente do que com a afetividade ou uma determinada identidade psicológica. Não tinha um nome específico nem tampouco se constituía em oposição a um outro tipo de prática sexual.

O discurso cristão enfatizou a importância da carne e condenou o uso do corpo como forma de obtenção de prazer. O corpo passou a ser chamado de carne, e ao redor dela foram articulados discursos e saberes a fim de conhecer, vigiar e controlar. A sexualidade começou a ocupar o centro da existência humana, como se nela residisse a “verdade” a respeito dos homens. O sexo deixou de ser uma prática destinada à procriação e a obtenção de prazer e passou a estar associada à natureza do indivíduo e ao seu valor (FOUCAULT, 1979).

A ciência moderna estudou e buscou compreender e classificar a sexualidade humana. A sistematização científica estendeu-se sobre a sexualidade como catalogação das práticas sexuais e o conhecimento produzido foi útil na criação das categorias sexuais segundo as quais a identidade humana passou a ser compreendida. Na medida em que a classificação científica avança, vai ficando evidente o eixo que a organiza: a heterossexualidade procriativa e familiar burguesa. Em oposição a ela estaria a homossexualidade (chamada depois pelos médicos de homossexualismo) perversa, libertina e estéril. Criou-se o homossexual, aquele que estaria no extremo oposto das práticas heterossexuais, e que, estando lá, contribuiria em delimitar precisamente os contornos da heterossexualidade saudável. Dito de outra forma, a criação da figura do anormal serviu como critério para o delineamento claro da normalidade (LOURO, 2001).

É interessante notar que, neste período, não apenas o termo homossexual como também o termo heterossexual foram cunhados para descrever práticas sexuais consideradas como imorais, anti-naturais ou patológicas. Assim, heterossexual aparece no *Philadelphia Medical Dictionary* de 1901 como um desejo anormal ou um apetite pervertido em relação ao sexo oposto (KATZ, 1997).

Desta perspectiva, é surpreendente observar que a noção de indivíduos divididos em heterossexuais e homossexuais apesar de recente, compõe a organização do imaginário sexual contemporâneo com tal vigor que ganha *status* de verdade essencial, a-histórica, imutável, constituinte e fundamental. Além disso, Sedgwick (1990) questiona porque dentre as várias possibilidades de diferenciar a atividade sexual de uma pessoa da outra justamente o gênero do parceiro foi eleito como o critério inequívoco que resume uma identidade sexual e demarca o que somos.

Os estudos que se aproveitaram desta distinção binária entre homossexuais e heterossexuais trataram de em sua maioria enfatizar o aspecto desviante e patológico da primeira. Talvez não seja exagero argumentar que a história da relação da ciência do século XIX e XX com a homossexualidade é uma história marcada pela discriminação, preconceito, autoritarismo, estigmatização e violência (GAMSON, 2000).

Mudanças começaram a ocorrer quando surgiram, no contexto da sociedade norte-americana, os grupos organizados de *gays* e lésbicas. O discurso militante assumia a identidade homossexual imposta, mas, ao fazê-lo, reivindicava o direito de eles mesmos dizerem do que de fato se trata a homossexualidade (FOUCAULT, 1979). No Brasil movimentos sociais também começaram a surgir e a reivindicar seus direitos. Reforçou-se a noção de uma identidade homossexual e iniciou-se a luta por direitos. Dentre os direitos mais debatidos e atuais está o reconhecimento legal das relações homoafetivas.

Metodologia

Esta pesquisa foi conduzida no intuito de oferecer subsídios à prática psicológica com população homossexual, sobretudo aos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com famílias. Constitui um recorte extraído da Dissertação de Mestrado defendida pelo primeiro autor, sob orientação do segundo autor, que teve por objetivo conhecer a experiência de casais de homens homossexuais (MOSCHETA, 2004). Os dados a serem apresentados correspondem a uma das entrevistas realizadas para o referido estudo.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP. Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista aberta com um casal de homens adultos que mantinham um relacionamento homoafetivo e coabitavam há cinco anos. O casal foi contactado através da rede social do pesquisador. Após a apresentação e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa,

ambos concordaram em participar do estudo. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A entrevista foi realizada na residência do casal, com ambos os parceiros simultaneamente. Foi audiogravada e posteriormente transcrita na íntegra. A transcrição foi submetida a uma análise de conteúdo temática, seguindo-se os passos descritos por Moscheta (2004). Nessa análise buscou-se identificar os significados que o casal atribuía à experiência de viver juntos. Estes significados foram posteriormente agrupados em núcleos temáticos.

Para melhor compreensão dos resultados, esses núcleos foram aglutinados e descritos como quatro metáforas que, de acordo com a percepção dos pesquisadores, traduzem e sintetizam os principais aspectos da experiência de vida a dois deste casal.

Na análise priorizou-se preservar o contexto conversacional criado durante a entrevista, uma vez que o casal o tempo todo negociou entre si, na presença do pesquisador, suas diferenças acerca do tema em questão. Para preservar o anonimato dos entrevistados e melhor apresentar a análise compreensiva da entrevista, os participantes serão designados por nomes fictícios: Carlos e Daniel.

Resultados e discussão

Na seqüência, serão apresentados e analisados os núcleos temáticos nomeadas pelas metáforas: “casamento”, “contrato”, “balança” e “envelhecer juntos”.

Casamento

A primeira metáfora que o casal utiliza para significar sua relação é o *casamento*. Para Carlos o casamento implica uma dicotomia fundamental entre o bom e o ruim, a felicidade e a dificuldade. O bom é definido como a possibilidade de companheirismo, de partilhar objetivos, da convivência, rotina e sexo. O ruim é definido pela falta de paciência e por uma certa saturação resultante da manutenção da proximidade, expressa pelo seu oposto: o desejo de poder estar só. Daniel acrescenta que a entrega faz parte da felicidade do casamento e, apropriando-se de um termo de Carlos e deslocando seu significado, afirma que a convivência é ruim pois implica em rotina. O casal expressa neste momento a primeira divergência na forma com que entendem e significam a convivência. Daniel, em seguida, refaz sua fala, marcando uma

diferença entre convivência e monotonia. Esta sim é ruim e representa uma ameaça à relação afetiva.

Daniel considera importante evitar a monotonia e a rotina e pensa que pode alcançar esse ideal por intermédio do cuidado com as atividades do dia-a-dia da relação, na busca do sentido das ações cotidianas. Cita como exemplo a atenção que dispensa ao preparo das refeições. Apesar de não comer alguns alimentos, ele se esmera em prepará-los para Carlos. Este, no entanto, não atribui às refeições o mesmo significado. Afirma que, para ele, a atenção dispensada por Daniel no preparo da alimentação do casal não é entendida como forte expressão de carinho ou atenção. Para Carlos, parece ser mais significativo o momento em que Daniel prova a comida que ele próprio prepara, uma vez que Daniel tem hábitos alimentares bastante restritos. Novamente, diferentes sentidos são atribuídos ao ato de preparar e comer os alimentos. Da diferença surge o conflito, que às vezes se converte em briga, mas também a possibilidade de mudança, prenunciada na seguinte fala:

CARLOS: É verdade, ele não comia carne de jeito nenhum. Agora ele tem comido carne três vezes por semana.

O encontro com a alteridade possibilita a mudança. À definição de casamento como o encontro de polaridades, é acrescentada a noção de ajuste. Este ajuste acontece na medida em que um abandona sua posição em favor do outro, revisando suas posições. Neste movimento ocorre a mudança. Para Carlos este ajuste é contínuo e diário, pois no momento em que seu companheiro muda, novas posições são exigidas dele, e vice-versa. Assim, Carlos afirma que no tempo em que esteve com Daniel conseguiu a determinação necessária para ingressar em uma faculdade. Carlos afirma ter conseguido, com a ajuda de Daniel, assumir para a família sua relação com o parceiro.

A aliança é apresentada como símbolo material desse casamento. Daniel afirma que, com seis meses de relacionamento, Carlos lhe “pediu em casamento”. Carlos comprou um par de alianças e foi conversar com a mãe de Daniel. A aliança e os ritos do casamento são trazidos à conversa para complementar os sentidos que o casal atribui à relação conjugal. Daniel atribui à aliança um sentido delimitador, como um sinal distintivo da situação conjugal. A aliança separa aqueles que estão *disponíveis* para relacionamentos e aqueles que estão comprometidos. Carlos surpreende-se com a representação da aliança como um símbolo que demarca a fronteira entre disponibilidade e compromisso. Agora é ele quem se apropria de uma representação de Daniel e a transforma, dotando-a de um sentido próprio. Para Daniel a aliança era um sinal que ele ostentava para apresentar para os

outros seu compromisso afetivo com outra pessoa. O que Carlos entende desta representação é que a aliança é um símbolo que Daniel coloca nele (Carlos) para garantir sua posse pelo parceiro.

Carlos afirma que, para ele, a aliança representa as duas metades que se unem, é símbolo do compromisso. Seu sentido não está no olhar do outro, mas sim dentro da própria relação. A representação de Daniel de uma relação que necessita de símbolos que a evoquem e protejam no âmbito social mais amplo traz também a idéia de fragilidade e ameaça ao pacto monogâmico. É neste momento que surge uma segunda metáfora: *o contrato* celebrado entre os companheiros.

Contrato

O contrato é definido por Carlos como um pacto de amor, fidelidade, companherismo e amizade. É um compromisso de conjugar e de somar duas vidas. É esse contrato, e não as restrições simbolizadas pela aliança, que impedem a aproximação de terceiros que comprometeria a fidelidade do casal.

A aproximação de terceiros é ameaçadora na medida em que possibilita o rompimento de um dos termos desse contrato: a exclusividade afetivo-sexual. Nota-se que tanto Carlos quanto Daniel romperam relacionamentos anteriores devido à “quebra desse contrato de fidelidade”.

A negociação dos termos desse contrato ocorre dentro das possibilidades que cada um dos parceiros tem de abdicar de suas próprias necessidades em favor de algo comum. Esta abdição só é possível se garantir algum benefício em troca. No caso, a renúncia que Carlos afirma fazer em relação ao seu desejo de buscar novos parceiros é garantia do amor que ele sente por Daniel, afinal exclusividade afetivo-sexual parece ser um dos contornos que definem o que é o amor para ele e Daniel. É interessante notar que para ambos a abdição de uma vida sexual livre com múltiplos parceiros é entendida como um sacrifício, uma perda que cada um sofre individualmente em benefício do outro. Por outro lado, essa perda adquire uma conotação positiva, ao servir de caução. A parceria conjugal parece se assentar sobre essa garantia simbólica: a felicidade a ser usufruída depende em boa medida da cota de sacrifício que cada parceiro estaria disposto a fazer, renunciando a uma parcela de seu egoísmo e à plena satisfação de seus desejos.

De maneira recíproca, Carlos entende que o amor de Daniel deve ser expresso dentro dos mesmos contornos. Se ele, Carlos, assegura ao parceiro

seu amor por meio da fidelidade que lhe devota, ele pode alimentar a expectativa de que Daniel assim também o faça. Aqui se observa claramente o espelhamento como cimento imaginário da relação amorosa. Essa reciprocidade evoca nova metáfora: a balança.

Balança

A imagem da balança retoma a dicotomia trazida pela descrição do casamento, porém, diminui a separação entre os pólos e acrescenta a idéia de interdependência. Busca-se um equilíbrio entre o que se perde e o que se ganha com as restrições e concessões que são feitas em prol do outro. Para que possam viver juntos, Carlos e Daniel têm de fazer concessões. Esta restrição da liberdade é de certa maneira proporcional, pois um só pode ser livre na mesma medida em que suporta a liberdade do outro.

CARLOS: É esse controle que, por um outro lado, ele tem como contrapartida o abrir mão de uma parte de nossa independência. É essa balancinha que eu estou falando. Naqueles aspectos que eu controlo o comportamento do Daniel, ou que eu controlo as atitudes e os comportamentos do Daniel, ele está abrindo mão da independência de ter essas atitudes livremente. E como contrapartida esse controle. E o oposto também é verdadeiro.

227

O casal passa a evidenciar suas diferenças e suas implicações no cotidiano do casal. Neste momento da entrevista destacavam-se os aspectos conflitivos e discordantes da parelha. A metáfora do *casamento* que enfatizava a comunhão de pólos opostos havia se transformado em *contrato*, com destaque à noção de compromisso, e o contrato, por sua vez, transformara-se em *balança*. Essas sucessivas metamorfoses dos significados da conjugalidade evidenciam o movimento contínuo que anima os jogos de posicionamento e reposicionamento do casal no transcurso da entrevista.

A balança evidencia o anseio pela mutualidade nas trocas, o desejo de estabelecer uma relação na qual os parceiros, embora diferentes, possam sentir que estão trocando em equivalência, ou seja, uma relação simétrica e igualitária. A quarta metáfora reforça este aspecto de igualdade e retoma a noção de coesão da dupla.

Envelhecer juntos

A coesão do casal, colocada em risco pelos assédios de um mundo sedutor e pelas diferenças pessoais que se entrechocam no interior da relação, emerge no contexto dos sonhos e planos para o futuro. Para Carlos e Daniel o

único futuro existente é aquele que inclui o parceiro. Fazer planos, para Daniel, é pensar antecipadamente nas necessidades do outro. Para Carlos, a convivência permite um tal conhecimento do outro que se torna possível prever suas necessidades e desejos. É este o sentido dado à coesão do casal: a possibilidade de pensar, agir e sentir em conformidade com o outro.

A palavra “projeto”, etimologicamente, remonta ao grego *projectum*, que significa “lançar-se para adiante”. Logo, construir projetos é poder sustentar, ao longo do tempo, uma relação entre o corpo e a mente de tal maneira que o espírito possa se opor à dissolução da matéria. Traduz, de certa maneira, um ideal transcendental do ser humano: o desejo de permanecer, de imprimir a marca de sua existência sobre a face da terra, de fazer valer sua presença no mundo na relação que se estabelece com outros seres.

Incluir na discussão a dimensão da temporalidade traz à tona o processo de construção da relação. Duas histórias diferentes que se encontram e buscam um futuro em comum. Novamente a diferença emerge na fala de Carlos:

CARLOS: Na realidade são dois universos. Duas pessoas que se casam são dois universos que se conciliam. Ele vem de uma criação, de uma família, que pensa de determinada maneira. Que tem toda uma dinâmica e eu venho de uma outra completamente diferente. A gente se propôs: “Olha a gente vai misturar tudo isso agora.”

O choque produzido pelo confronto desses dois universos e a busca desse futuro em comum só ganha sentido dentro da perspectiva do sentimento intenso que o casal denomina amor. A partir desse momento da entrevista, Carlos e Daniel começam a relatar as semelhanças existentes entre eles, inclusive entre os contextos familiares de origem e entre os relacionamentos anteriores que desfrutaram. O reconhecimento dessas semelhanças proporciona ao casal a coesão necessária para a criação de uma linguagem própria:

CARLOS: (...) hoje nós precisamos conversar muito menos para chegar em um acordo. Hoje a gente já se conhece mais. A gente se compreende... (...) Um dia que eu chego estressado do trabalho o DANIEL olha para a minha cara e ele já sabe que eu estou estressado e pronto. A gente já não tem que conversar e se explicar.

Na medida em que esta relação torna-se segura e estável, ela é entendida como um aparato protetor frente às oposições e entraves sociais que cercam a homoafetividade. Daniel encontra na relação com o parceiro o lugar privilegiado para dialogar sobre os sentidos que dá à sua vida e sexualidade e Carlos encontra a força necessária para enfrentar o estigma e o preconceito

dirigido ao amor entre iguais. Por fim, estar junto com o outro é também assumir a responsabilidade por seu bem-estar. Daniel acredita que é responsável pela felicidade de Carlos e Carlos pensa que pode contribuir com a manutenção da felicidade de Daniel.

Considerações finais

Na síntese que empreendemos dos significados que o casal atribui à conjugalidade podemos notar a confluência de diferentes valores que coexistem no imaginário da relação homoafetiva. A noção romântica de relação amorosa, baseada na idéia de que um vive pelo e para o outro, coexiste no discurso desse casal com noções mais contemporâneas de relacionamento, que incluem o anseio pela troca igualitária e pela simetria de poder. A coexistência desses ideais conformam os termos da vida em comum.

Osorio e Valle (2002), ao analisarem a etimologia da palavra conjugalidade, destacam a herança de assimetria oriunda do patriarcalismo. Recordam que o termo *conjugal* significa, literalmente, “com jugo”, ou seja, estar sob o poder e controle do outro. Na contemporaneidade os valores patriarcais que instituíam uma diferença entre homem e mulher foram rejeitados e novos valores que enfatizam a troca e igualdade de direitos e deveres foram valorizados. O autor ainda utiliza o termo complementaridade para adjetivar as relações contemporâneas nas quais os parceiros procuram na relação conjugal um acréscimo aos seus projetos de vida individuais. Pensamos que, para o casal homoafetivo, a busca pela simetria e igualdade de trocas pode ser ainda mais enfatizada, uma vez que a relação não se constrói a partir de uma diferença, mas sim de uma equivalência de gênero.

No entanto, se a assimetria do modelo patriarcal/romântico é rejeitada, outros aspectos desse modelo permanecem inabalados, como o suposto “direito” de posse sobre o outro. Este aspecto fica mais evidente no discurso do casal quando tratam do medo das traições. A maneira atualizada de rever o conceito de posse e exclusividade sobre o corpo do outro é apresentada como um contrato, um acordo que o casal firma em comum acordo de abrir mão dos desejos individuais para obter do outro a mesma renúncia.

Assim, no discurso do casal detectamos a condensação – expressa na rica metáforização da relação conjugal – e o deslocamento – expresso no deslizamento metonímico dos significantes. A passagem do “casamento” ao “contrato” ou à “balança” opera um deslocamento que pode ser entendido

como desejo de abandono do modelo romântico de relacionamento para a entrada em um modelo contemporâneo que valoriza as trocas e, assim como as trocas comerciais, o “lucro” que se auferê na transação efetuada. Esse ganho é convertido em uma espécie de reserva, de pecúlio ou *poupança*, uma caução que garantiria a sobrevivência da relação afetiva nos tempos da velhice.

Portanto, pode-se afirmar que, no trajeto de construção do projeto de vida a dois, o casal apresenta um discurso carregado de valores que ora tendem à valorização da afetividade romântica, ora pendem para o racionalismo formal dos contratos de mercado. Materializam, assim, o dilema contemporâneo de ansiar pela vida a dois sem deixar de ser um, ou ainda, o desejo de viver com o outro um projeto que seja de um, do outro e ao mesmo tempo dos dois.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Apêndice: O espírito da família. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 124-135.
- CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura vol 2**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 168-285.
- CLARK, W. M.; SEROVICH, J. M. Twenty years and still in the dark? Content analysis of articles pertaining to gay, lesbian and bisexual issues in marriage and family therapy journals. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 23, n. 3, p. 239-253, 1997.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 282 p.
- _____. **A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. 195 p.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade v. 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 152 p.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.
- GAMSON, J. Sexualities, *queer* theory, and qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Edits.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 347-365.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 228 p.

- KATZ, J. N. "Homosexual" and "heterosexual": Questioning the terms. In: DUBERMAN, M. (Ed.) *A queer world: The Center for Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: New York University Press, 1997. p. 177-180.
- LOURO, G. L. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 124-135, 2001. Florianópolis, 2004.
- MOSCHETA, M. S. **Construindo a diferença**: a intimidade conjugal em casais de homens homossexuais. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2004.
- OSORIO, L. C.; VALLE, N. E. Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea. In: OSORIO, L. C. (Org.). **Terapia das famílias: novas tendências**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 9-16.
- PERLONGHER, N. O desaparecimento da homossexualidade. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde e loucura** número 3. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 38-45.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 80-85.
- SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990. 258p.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p.